ACTA Nº. 08/2006

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO
REALIZADA NO DIA CINCO DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E SEIS. ---**

Aos cinco dias do mês de Abril do ano de dois mil e seis reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Ílhavo, de acordo com a sua deliberação do passado dia 27 de Março findo, no Salão Nobre do Edifício Municipal, sob a presidência do Sr. Presidente da Câmara, Engº. José Agostinho Ribau Esteves, e com as presenças do Sr. Vice-Presidente da Câmara, Engº. Fernando Fidalgo Caçoilo, e dos demais Vereadores, Srs., Profª. Margarida Maria São Marcos Amaral, Engº. Marcos Labrincha Ré, Dr. António Pedro Oliveira Martins e Engº. Paulo Sérgio Teixeira Costa. -----

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, em regime de substituição, António Cândido Augusto Marques Pereira. -----

A reunião teve início às 15.30 horas. -----

Faltou à reunião o Sr. Vereador, Dr. João José Figueiredo de Oliveira, por motivos profissionais, conforme informação prestada pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade considerar como justificada a respectiva falta. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente da Câmara, foram tratados os seguintes assuntos na Ordem do Dia: -----

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA. -----

Presente o resumo diário de tesouraria nº. 66, do dia 04, do corrente mês, pelo qual foi tomado conhecimento que, em cofre, existiam as importâncias de € 4.312.993,32 (quatro milhões trezentos e doze mil novecentos e noventa e três euros e trinta e dois cêntimos), respeitante a Dotações Orçamentais e € 908.048,12 (novecentos e oito mil e quarenta e oito euros e doze cêntimos), respeitante a Dotações Não Orçamentais. -----

ACTA DE REUNIÃO ANTERIOR. -----

Presente a acta, número 07, da reunião ordinária efectuada no passado dia 27 de Março findo. --

Uma vez que o texto da mesma tinha sido previamente distribuído por todos os Membros da Câmara, de acordo com o previsto no artigo 4º. do Decreto-Lei nº. 45.362, de 21 de Novembro de 1963, foi a sua leitura dispensada. -----

Submetida a votação, foi mesma aprovada por unanimidade. -----

ORGÃOS AUTÁRQUICOS. -----

CONDECORAÇÕES HONORÍFICAS. -----

MEDALHA DO CONCELHO EM VERMEIL – COMANDANTE JORGE MANUEL MARTINS DA CRUZ – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta do Sr. Presidente da Câmara: -----

-“Ao abrigo do estipulado no regulamento de concessão de condecorações honoríficas da Câmara Municipal de Ílhavo, e: -----

Considerando que: -----

1º O Comandante Jorge Manuel Martins da Cruz desempenhou com dedicação e zelo as funções de Encarregado e Comandante do Navio Treino de Mar Creoula, de 2001 a 2006, com intensidade, amizade, espírito de solidariedade e serviço público, e relevante capacidade; -----

2º Ao Sr. Comandante Jorge Manuel Martins da Cruz, quer a Câmara Municipal de Ílhavo prestar homenagem pela excepcional capacidade de dedicação e comando ao NTM Creoula e nessa condição à extraordinária cooperação com o Município de Ílhavo, destacando-se a Câmara Municipal de Ílhavo, o Museu Marítimo de Ílhavo, a Confraria Gastronómica do Bacalhau, e os muitos Cidadãos do Município com quem lidou nas quatro edições da “Experiência Mar-Creoula” em que esteve envolvido; -----

3º Todo esse trabalho desenvolvido pelo Sr. Comandante Jorge Manuel Martins da Cruz, prestigiando-o, a si e à Marinha Portuguesa, prestigiou e dignificou o Município de Ílhavo, constituindo uma referência de cooperação institucional e dinamização de todas as muitas referências que se reúnem nesta Terra que tem “O Mar por Tradição”: -----

Proponho: -----

1º Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição ao Sr. Comandante Jorge Manuel Martins da Cruz, da Medalha do Concelho em Vermeil pelos serviços relevantes prestados ao Concelho de Ílhavo, nos termos da alínea B) do regulamento de concessão de condecorações honoríficas. -----

2º Que esta condecoração seja entregue na Sessão Solene do Feriado Municipal de Ílhavo do dia 17 de Abril de 2006. -----

Paços do Município de Ílhavo, aos três dias do mês de Abril do ano de dois mil e seis. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, -----

As.) Eng.º. José Agostinho Ribau Esteves”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade e voto secreto aprovar a presente proposta. -----

**MEDALHA DE DEDICAÇÃO EM VERMEIL – MARIA JÚLIA CLARA SARDO
LABRINCHA – PROPOSTA.** -----

Presente a seguinte proposta do Sr. Presidente da Câmara: -----

-“Ao abrigo do estipulado no regulamento de concessão de condecorações honoríficas da
Câmara Municipal de Ílhavo, e: -----

Considerando que: -----

1º A Sra. D. Maria Júlia Clara Sardo Labrincha prestou serviço na Câmara Municipal de Ílhavo
durante cerca de 25 anos (entrada para o Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Ílhavo a 2
de Janeiro de 1981), assumindo as suas funções (entre outras) de Técnica Profissional
Especialista de BAD no Museu Marítimo de Ílhavo, tendo passado à situação de aposentada a
16 de Fevereiro de 2006; -----

2º A Sra. D. Maria Júlia Clara Sardo Labrincha serviu com dedicação, excepcional zelo,
competência e espírito de bem servir, assumindo-se como uma funcionária atenta, activa e
colaboradora nas várias tarefas; -----

3º A acção profissional desenvolvida pela Sra. D. Maria Júlia Clara Sardo Labrincha,
prestigiando-a, prestigiou e dignificou o Município que devotadamente serviu, constituindo
uma referência para os funcionários que estão a iniciar as suas carreiras: -----

Proponho: -----

1º Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição à Sr.ª D. Maria Júlia Clara Sardo
Labrincha, da Medalha de Dedicção em Vermeil pelos bons serviços prestados nos seus vinte
e cinco anos de funcionária do Município, nos termos da alínea C) do regulamento de
concessão de condecorações honoríficas. -----

2º Que esta condecoração seja entregue na Sessão Solene do Feriado Municipal de Ílhavo do
dia 17 de Abril de 2006. -----

Paços do Município de Ílhavo, aos três dias do mês de Abril do ano de dois mil e seis. -----

O Presidente das Câmara Municipal de Ílhavo, -----

As.) Eng.º. José Agostinho Ribau Esteves”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade e voto secreto a aprovação da presente proposta. ---

MEDALHA DE MÉRITO CULTURAL EM PRATA – SAMUEL CORUJO – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta do Sr. Presidente da Câmara: -----

-“Ao abrigo do estipulado no regulamento de concessão de condecorações honoríficas da Câmara Municipal de Ílhavo, e: -----

Considerando que: -----

1º O Sr. Samuel Corujo nasceu a 16 de Fevereiro de 1922, tendo falecido a 10 de Agosto de 2005, com uma vida cheia de experiências, muitas delas ligadas ao Mar e à Pesca, vivendo com intensidade, saudável espírito ílhavense, amizade e espírito de solidariedade; -----

2º O Sr. Samuel Corujo foi um dos símbolos e dos exemplos mais destacados do artesanato do Município de Ílhavo, difundido a nossa cultura marinheira por essas inigualáveis peças que são as miniaturas de navios colocadas dentro de garrafas de vidro; -----

3º Ao Sr. Samuel Corujo e a título póstumo, quer a Câmara Municipal de Ílhavo prestar homenagem a um Homem bom e generoso e a um Artesão de referência da nossa Terra: -----

Proponho: -----

1º Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição a título póstumo ao Sr. Samuel Corujo, da Medalha de Mérito Cultural em Prata, pelo facto de se ter notabilizado na área das Artes, dando também contributo para o prestígio do Concelho de Ílhavo, nos termos da alínea D) do regulamento de concessão de condecorações honoríficas. -----

2º Que esta condecoração seja entregue aos seus familiares na Sessão Solene do Feriado Municipal de Ílhavo do dia 17 de Abril de 2006. -----

Paços do Município de Ílhavo, aos três dias do mês de Abril do ano de dois mil e seis. -----

O Presidente das Câmara Municipal de Ílhavo, -----

As.) Eng.º José Agostinho Ribau Esteves”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade e voto secreto a aprovação da presente proposta. ---

PATRIMÓNIO MUNICIPAL. -----

AQUISIÇÃO E EXPROPRIAÇÃO DE BENS E DIREITOS. -----

RESOLUÇÃO DE REQUERER A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DE EXPROPRIAÇÃO COM CARÁCTER DE URGÊNCIA RELATIVA À CONSTRUÇÃO DA”VIA DE LIGAÇÃO DO NÓ 2 (IP5) À ESTRADA DA MOTA” – PROPOSTA DE

AQUISIÇÃO XIII. -----

Presente a seguinte proposta do Sr. Vice-Presidente da Câmara: -----

-“Considerando: -----

Na sequência do prosseguimento dos trâmites do Processo de Expropriações, da realização das notificações enviadas aos interessados, e no seguimento das conversações realizadas com os proprietários dos terrenos necessários à realização da obra, constata-se que alguns aceitaram a proposta da Câmara Municipal, verificando-se algumas alterações ao constante na deliberação da Câmara Municipal de 20 de Dezembro de 2004; -----

Que através de informações prestadas pelos proprietários das parcelas em causa, verificaram-se algumas imprecisões relativamente ao constante nas deliberações da Câmara Municipal de 20 de Junho e 5 de Setembro de 2005; -----

Nestes termos propõe-se que: -----

I-A Câmara Municipal no uso da competência que lhe é conferida pela alínea f), nº. 1, do artigo 64º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibere a aquisição das seguintes parcelas de terreno, nas seguintes condições: -----

-Parcela nº. 23 a -Área a adquirir-952,00 m2 (encargo previsto – 5.074,16 euros)-----

A destacar do prédio rústico, sito em Cale da Vila, Freguesia de Gafanha da Nazaré, deste Concelho, composto por terreno de sementeira de regadio, com a área de 3700 m2, que confronta de Norte com António Vaz, do Sul com Samuel da Rocha Vagos, do Nascente com Capitania do Porto de Aveiro e do Poente com Estrada, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo nº. 5433 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ílhavo sob o nº. 08195/20050222. -----

e-Parcela nº. 23 b -Área a adquirir-150,00 m2 (encargo previsto – 799,50 euros)-----

Que constitui o prédio rústico, sito em Cale da Vila, Freguesia de Gafanha da Nazaré, deste Concelho, composto por terreno de sementeira de regadio, com a área de 150 m2, que confronta de Norte com António Vaz, do Sul com Samuel da Rocha Vagos, do Nascente com Estrada e do Poente com Junta de Colonização Interna, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo nº. 5472 e omissa na Conservatória do Registo Predial de Ílhavo.-----

Proprietário: Herds. de Levi Bola Ribau e Maria Delfina da Costa e Sousa Ribau: Levi Miguel

da Costa e Sousa Ribau, Gustavo Manuel da Costa e Sousa Ribau, residentes na Rua da Pinheira, 2/3, Aradas, Aveiro. -----

O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, -----
As.) Fernando Fidalgo Caçoilo, Engº.”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

RESOLUÇÃO DE REQUERER A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO COM CARÁCTER DE URGÊNCIA – CONSTRUÇÃO DA VIA DE LIGAÇÃO DA A17 A ÍLHAVO – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta do Sr. Vice-Presidente da Câmara: -----

-“Considerando: -----

Dando cumprimento ao programa estabelecido pelo executivo no início do mandato, de execução de Vias Estruturantes que propiciem o desenvolvimento socio-económico do Município e verificando que esta é uma obra da maior importância para a Cidade e para o Concelho de Ílhavo, sendo que a sua concretização vai dar um contributo essencial para uma maior acessibilidade à cidade de Ílhavo, directamente à A17, aumentando a qualidade de vida dos residentes e de quem transita nas nossas estradas. -----

Considerando ainda o facto do Plano Director Municipal de Ílhavo, contemplar a Via de Ligação da A17na Ílhavo; e -----

Que a construção da Via de Ligação da A17 a Ílhavo é da responsabilidade da Administração Central, encontrando-se a ser executada através das “Estradas de Portugal, E.P.E.”, sendo o troço a construir pelo Município de Ílhavo essencial à sua ligação ao centro da Cidade de Ílhavo, pelo que sem o troço em causa não seria possível viabilizar o investimento da A17 no que respeita à Cidade de Ílhavo. -----

Deu-se início às negociações com vista à execução do troço da Via em causa, e após vários contactos, alguns dos proprietários não aceitaram a proposta deste Município, sendo necessário proceder à instrução do Processo de Expropriação. -----

Nestes termos, ao abrigo dos artigos 10. e 16º. do Código das Expropriações: -----

Nos termos da alínea a), nº. 1 do art. 18º. da Lei nº. 159/99, de 14 de Setembro, é da competência dos órgãos municipais o planeamento, a gestão e a realização de investimentos no domínio da rede viária de âmbito municipal, determinando também a alínea f), nº. 2. do artigo

64°. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que é da competência da Câmara Municipal criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação integradas no património municipal ou colocados por lei, sob administração municipal. -----

A construção da Via de Ligação da A17 a Ílhavo enquadra-se nas competências da Câmara Municipal de Ílhavo, pelo que nos termos da alínea c), nº. 7 do artigo 64°. da mesma Lei, se propõe: -----

a) Nos termos do disposto no nº. 1 do artigo 10°. e nº. 1 do artigo 15°. da Lei nº. 168/99, de 18 de Setembro (Código das Expropriações), a resolução de requerer a declaração de utilidade pública das expropriações, com carácter de urgência e a autorização da posse administrativa das parcelas de terreno, identificadas na alínea b), tendo em vista, o início das obras de construção da Via de Ligação da A17 a Ílhavo. -----

Relativamente às restantes parcelas identificadas nas plantas relativas ao Projecto de Execução da Via esta Autarquia chegou a acordo com os respectivos proprietários, sendo realizada a sua aquisição por via amigável. -----

b) As parcelas a expropriar, assinaladas na planta que constituem o doc. 1, são as seguintes: ----

-Parcela nº. 0 – Área a expropriar – 203 m² (encargo previsto – 11.465,44 euros) -----

A destacar do prédio rústico, sito em Av. N.ª. Senhora do Pranto, Freguesia de S. Salvador, deste Concelho, composto por terreno de cultura, com a área de 320,0 m², que confronta de Norte com estrada, do Sul com José Paradela, do Nascente com Vala e do Poente com Joaquim dos Santos Alegrete, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo nº. 7760 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ílhavo sob o nº. 06285/300394. -----

Proprietário: Herd. de António da Rocha: - Maria da Silva Nunes Bastião (viúva); -António da Silva Rocha; - Maria do Carmo da Silva Rocha; -Maria Elisabete da Silva Rocha residentes em 33 Delhi Ave Tor. Ont. M5M 3B8-Canadá. -----

-Parcela nº. 1 – Área a expropriar – 137,0 m² (encargo previsto – 7.737,76 euros) -----

A destacar do prédio urbano, sito em Av. Nossa Senhora do Pranto, Freguesia de S. Salvador, deste Concelho, com a área de superfície coberta 55,0 m², logradouro 53,0 m² e quintal 158,0 m², que confronta de Norte com Avenida, do Sul com Manuel de Castro Paradela, do Nascente com terrenos da Câmara e do Poente com Joaquim Nunes Alegrete, inscrito na matriz predial

urbana sob o artigo n.º. 2898 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ílhavo sob o n.º. 990/170686. -----

Proprietário: Rosa Natália de Oliveira Faria Fernandes, residente na Rua da Vitória, n.º. 48, Vale de Milhaços, 2855-433 CORROIOS. -----

-Parcela n.º. 6 – Área a expropriar – 870,0 m2 (encargo previsto – 8.700,00 euros) -----

A destacar do prédio rústico, sito em Cimo de Vila, Freguesia de S. Salvador, deste Concelho, composto por terreno de cultura, c/ 8 pereiras e 9 laranjeiras, com a área 2.430,0 m2, que confronta de Norte António Marques Novo, do Sul com Aníbal Carlos da Rocha Parracho, do Nascente com o próprio e do Poente com estrada, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º. 8026 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ílhavo sob o n.º. 8315/020698. -----

Proprietário: Maria de Lurdes Ribeiro Simões Rosa, divorciada, residente na Rua de Cimo de Vila, em Ílhavo. -----

-Parcela n.º. 20 – Área a expropriar – 349,0 m2 (encargo previsto – 3.490,00 euros) -----

A destacar do prédio urbano, sito em Cimo de Vila, Freguesia de S. Salvador, deste Concelho, composto por casa de rés do chão destinada a habitação, com a área de S.C. 160,0 m2, L. 84,0 m2, D. 73,0 m2 e Q. 1200,0 m2, que confronta de Norte com Domingos Fernandes Grego, do Sul com António Francisco Marieiro, do Nascente com Luiza Cartaxo e do Poente com beco de consortes, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º. 2176 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ílhavo sob o n.º. 7073/111095. -----

Proprietário: Carlos Daniel Carvalho Amaro, residente na Rua de Cimo de Vila, Beco do Cruzeiro, n.º. 8, Ílhavo. -----

Interessado: “Banco Espírito Santo, S.A.” (hipotecário), com sede na Av. da Liberdade, 195, Lisboa; -----

-Parcela n.º. 22 – Área a expropriar – 370,0 m2 (encargo previsto – 3.700,00 euros) -----

A destacar do prédio rústico, sito em Cimo de Vila, Freguesia de S. Salvador, deste Concelho, composto por terra de cultura, com a área de 1.030,0 m2, que confronta de Norte com herd. de António Francisco Marieiro, do Sul com servidão, do Nascente com servidão e do Poente com estrada, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º. 7994 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ílhavo sob o n.º. 10726/050126. -----

-Proprietário: António Cardoso Marques, casado com Rosa Irene Soares Peralta Marques,

residentes na Av. Mário Sacramento, nº. 117, Ílhavo. -----

c) A previsão do montante dos encargos a suportar com as expropriações tem por base a quantia determinada previamente em avaliação, totalizando 35.093,20 euros. -----

d) De acordo com o Plano Director Municipal (PDM) em vigor, ratificado pela resolução do Conselho de Ministros nº. 140/99, de 5/11/1999, encontra-se prevista a Via de Ligação da A17 a Ílhavo, (cf. Extracto das plantas de Ordenamento e Condicionantes do PDM – doc. 2). -----

Nestes termos e com estes fundamentos, demonstra-se que é fundamental a resolução de requerer a declaração de utilidade pública das expropriações, com carácter de urgência e a consequente posse administrativa dos imóveis, dada a necessidade de se executar a Via de Ligação da A17 a Ílhavo, pela importância que esta via apresenta como um contributo essencial para o Concelho e Cidade de Ílhavo, aumentando a qualidade de vida dos residentes e de quem transita nas nossas estradas. -----

Constituindo o troço a realizar por este Município um complemento essencial à obra que já se encontra a ser executada pelas Estradas de Portugal, E.P.E., de forma a que seja possível a ligação da A17 ao Centro da Cidade de Ílhavo. -----

Pelo exposto, e tendo em vista a concretização do PDM em vigor, apresenta-se justificada a resolução de requerer a declaração de utilidade pública das expropriações, com carácter de urgência dos imóveis supra identificados. -----

Ílhavo, 3 de Abril de 2006. -----

As.) Fernando Caçoilo, Eng.º.”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO RELATIVO À CONSTRUÇÃO DA VIA DE LIGAÇÃO DA A17 A ÍLHAVO – PROPOSTA DE AQUISIÇÃO. -----

Presente a seguinte proposta do Sr. Vice-Presidente da Câmara: -----

-“Considerando: -----

Dando cumprimento ao programa estabelecido pelo executivo no início do mandato, de execução de Vias Estruturantes que propiciem o desenvolvimento socio-económico do Município e verificando que esta é uma obra da maior importância para a Cidade e para o Concelho de Ílhavo, sendo que a sua concretização vai dar um contributo essencial para uma maior acessibilidade à cidade de Ílhavo, directamente à A17, aumentando a qualidade de vida

dos residentes e de quem transita nas nossas estradas. -----

Considerando ainda o facto do Plano Director Municipal de Ílhavo, contemplar a Via de Ligação da A17na Ílhavo; e -----

Que a construção da Via de Ligação da A17 a Ílhavo é da responsabilidade da Administração Central, encontrando-se a ser executada através das “Estradas de Portugal, E.P.E.”, sendo o troço a construir pelo Município de Ílhavo essencial à sua ligação ao centro da Cidade de Ílhavo, pelo que sem o troço em causa não seria possível viabilizar o investimento da A17 no que respeita à Cidade de Ílhavo. -----

Deu-se início às negociações com vista à execução do troço da Via em causa, e após vários contactos, alguns dos proprietários não aceitaram a proposta deste Município, sendo necessário proceder à instrução do Processo de Expropriação. -----

Nestes termos, ao abrigo do artigo 11º. do Código das Expropriações: -----

Nos termos da alínea a), nº. 1 do art. 18º. da Lei nº. 159/99, de 14 de Setembro, é da competência dos órgãos municipais o planeamento, a gestão e a realização de investimentos no domínio da rede viária de âmbito municipal, determinando também a alínea f), nº. 2. do artigo 64º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que é da competência da Câmara Municipal criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação integradas no património municipal ou colocados por lei, sob administração municipal. -----

A construção da Via de Ligação da A17 a Ílhavo enquadra-se nas competências da Câmara Municipal de Ílhavo, pelo que nos termos da alínea c), nº. 7 do artigo 64º. da mesma Lei, se propõe: -----

I-A Câmara Municipal no uso da competência que lhe é conferida pela alínea f), nº. 1, do artigo 64º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibere a aquisição das seguintes parcelas de terreno, porquanto os seus proprietários aceitaram a proposta desta Autarquia no sentido de proceder à sua alienação por via de direito privado: -----

- Parcela nº. 8 – Área a expropriar – 1.846,0 m2 (encargo previsto – 18.460,00 euros) -----

A destacar do prédio rústico, sito em Cimo de Vila, Freguesia de S. Salvador, deste Concelho, composto por terra de cultura, com a área de 6.398,0 m2, que confronta de Norte com Maria

Cândida Ramos Pires e outros, do Sul com servidão e José Cândido Ferreira Jorge, do Nascente com vala e do Poente com Manuel Júlio de Oliveira Bio, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo nº. 8786 e omissa na Conservatória do Registo Predial de Ílhavo. -----

Proprietário: Manuel Cândido Vidal Russo Marques, residente na Rua Principal, nº. 56-Carvalheira, ÍLHAVO. -----

-Parcela nº. 9 – Área a expropriar – 1.123,0 m2 (encargo previsto – 11.123,00 euros) -----

A destacar do prédio rústico, sito em Cimo de Vila, Freguesia de S. Salvador, deste Concelho, composto por terra de cultura, com a área de 5.460,0 m2, que confronta de Norte com servidão e Manuel Nunes Pinguelo Roldão, do Sul com Aires Pereira da Silva Resende, do Nascente com vala e do Poente com servidão, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo nº. 8018 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ílhavo sob o nº. 05708/140493. -----

Proprietário: Manuel Santos Rocha e Maria Rosa de Oliveira Bilelo, residentes na Rua Dr. Samuel Maia, nº. 142, ÍLHAVO. -----

-Parcela nº. 10 – Área a expropriar – 967,0 m2 (encargo previsto – 9.670,00 euros) -----

A destacar do prédio rústico, sito em Cimo de Vila, Freguesia de S. Salvador, deste Concelho, composto por terra de cultura, com a área de 3.780,0 m2, que confronta de Norte com José Cândido Ferreira Jorge, do Sul com David Tomás Lameiro, do Nascente com vala e do Poente com servidão, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo nº. 8017 e omissa na Conservatória do Registo Predial de Ílhavo. -----

Proprietário: Herdeiros de Conceição Ferreira Jorge: - Manuel Ferreira Lavrador, casado, residente no Bairro Pinheiro Manso, Recardães, 3750-719 RECARDÃES; - José Cândido Ferreira Lavrador, casado, residente na Rua Gago Coutinho, nº. 145, Gafanha da Nazaré. -----

-Parcela nº. 11 – Área a expropriar – 621,0 m2 (encargo previsto – 6.210,00 euros) -----

A destacar do prédio rústico, sito em Cimo de Vila, Freguesia de S. Salvador, deste Concelho, composto por terra de cultura, com a área de 3.000,0 m2, que confronta de Norte com Dina Vieira da Silva Resende, do Sul com Manuel da Silva Lavrador Júnior, do Nascente com vala e do Poente com servidão, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo nº. 8016 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ílhavo sob o nº. 1087/170786. -----

Proprietário: - António Simões Loureiro e mulher, residentes em Vila Nova-Palhaça, 3770 PALHAÇA; - Margarida Conceição Simões Lameiro, residente na Rua do Marmeleirinho, nº.

3, 3770-908 OIÃ. -----

-Parcela nº. 12 – Área a expropriar – 137,0 m2 (encargo previsto – 1.370,00 euros) -----

A destacar do prédio rústico, sito em Cimo de Vila, Freguesia de S. Salvador, deste Concelho, composto por terra de cultura, com a área de 2.400,0 m2, que confronta de Norte com David Tomás Lameiro, do Sul com Manuel Nunes Pinguelo Roldão, do Nascente com João dos Reis Papoilo e do Poente com estrada, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo nº. 8015 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ílhavo sob o nº. 1276/211886. -----

Proprietário: Herdeiros de Manuel da Silva Lavrador Júnior: - Manuel Ferreira Lavrador, casado, residente no Bairro Pinheiro Manso, Recardães, 3750-719 RECARDÃES; - José Cândido Ferreira Lavrador, casado, residente na Rua Gago Coutinho, nº. 145, Gafanha da Nazaré. -----

-Parcela nº. 13 – Área a expropriar – 878,0 m2 (encargo previsto – 8.780,00 euros) -----

A destacar do prédio rústico, sito em Cimo de Vila, Freguesia de S. Salvador, deste Concelho, composto por terra de cultura c/ 5 pereiras, com a área de 6.100,0 m2, que confronta de Norte com Manuel da Silva Lavrador, do Sul com José Nunes da Costa, do Nascente com João dos Reis Papoilo e do Poente com estrada, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo nº. 8014 e omissa na Conservatória do Registo Predial de Ílhavo. -----

Proprietário: An6t6nio Ribeiro Sim6es, casado, residente na Rua Cimo de Vila, nº. 63A, Ílhavo.

-Parcela nº. 14 – Área a expropriar – 929,0 m2 (encargo previsto – 9.290,00 euros) -----

A destacar do prédio misto, sito em Cimo de Vila, Freguesia de S. Salvador, deste Concelho, composto por Casa Térrea, para habitação, com terreno de cultura contíguo, com a área coberta de 80,0 m2, dependências de 150 m2, logradouro de 100,0 m2 e quintal de 4.080,0 m2, que confronta de Norte com Manuel Nunes Roldão Pinguelo, do Sul com Viúva de Joaquim da Silva Ribeiro, do Nascente com Herdeiros de Maria Rosa Capela e do Poente com Rua Cimo de Vila, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº. 2160 e rústica sob o artigo nº. 8013 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ílhavo sob o nº. 1317/161286. -----

Proprietário: Agostinho Nunes do Couto, casado, residente nos Estados Unidos da América (representante Manuel Couto Fernandes Grego, residente na Rua Cimo de Vila, nº. 214, Ílhavo). -----

-Parcela nº. 15– Área a expropriar – 973,0 m2 (encargo previsto – 9.730,00 euros) -----

A destacar do prédio rústico, sito em Cimo de Vila, Freguesia de S. Salvador, deste Concelho, composto por terra de cultura, com a área de 3.300,0 m², que confronta de Norte com José Nunes do Couto, do Sul com Herdeiros de Rosa Resende Patoilo, do Nascente com Herdeiros de José Maria Ferreira Patrão e do Poente com caminho, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º. 8000 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ílhavo sob o n.º. 1729/19870602. -----

Proprietário: Herd. de Armindo Ramos Bartolomeu: - Maria da Conceição Borges Ferreira, residente na Av. Mário Sacramento, n.º. 50, r/c, Ílhavo; - Hélder António Borges Bartolomeu, residente na Av. Mário Sacramento, n.º. 50, 1.º., Ílhavo; - Maria do Rosário Borges Bartolomeu, residente na Rua do Museu, Ílhavo. -----

-Parcela n.º. 16- Área a expropriar – 203,0 m² + 115,0 m² de parcela sobrance (encargo previsto – 75.000,00 euros onde se encontra incluído o valor de 71.820,00 euros atribuído a título de benfeitorias) -----

A destacar do prédio rústico, sito em Cimo de Vila, Freguesia de S. Salvador, deste Concelho, composto por terra de cultura, com a área de 390,0 m², que confronta de Norte com Herd. José Maria Ferreira Patrão, do Sul com Herd. António Francisco Marieiro, do Nascente com Herd. José Maria Ferreira Patrão e do Poente com Carmina Moura, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º. 7999 e omissa na Conservatória do Registo Predial de Ílhavo. -----

Proprietário: Herd. de Rosa Resende Patoilo e de Francisco dos Santos Patoilo: -----

-Manuel Patoilo Rodrigues Damas, residente em Ílhavo; -----

-Maria Antónia Patoilo Damas Marques, residente em Ílhavo; -----

-Maria Júlia Patoilo Damas Rodrigues, residente em Ílhavo; -----

-Francisco José Patoilo Damas, residente em Ílhavo; -----

-Hernâni Humberto da Silva Damas, residente em Ílhavo; -----

-Cláudia Sofia Pereira Damas, residente em Ílhavo; -----

-Anabela da Silva Damas, residente em Ílhavo; -----

-Liliana Maria Amador Silva, residente em Ílhavo; -----

-António Alexandre Amador Damas, residente em Ílhavo. -----

-Parcela n.º. 17- Área a expropriar – 179,0 m² + 86,0 m² (encargo previsto – 2.650,00 euros) --

A destacar do prédio urbano, sito em Cimo de Vila – Congosta da Pele, Freguesia de S.

Salvador, deste Concelho, composto por casa de rés do chão destinada a habitação, com a área de S.C. 38,0 m2, L. 40,0 m2, D. 6,0 m2, Q. 300,0 m2, que confronta de Norte com Francisco dos Santos Patoilo, do Sul com Luiza Cartaxo, do Nascente com António Maluco e do Poente com Herd. de Joana, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº. 2163 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ílhavo sob o nº. 2544/19880713. -----

Proprietário: Herd. de Armindo Ramos Bartolomeu: - Maria da Conceição Borges Ferreira, residente na Av. Mário Sacramento, nº. 50, r/c, Ílhavo; - Hélder António Borges Bartolomeu, residente na Av. Mário Sacramento, nº. 50, 1º., Ílhavo; - Maria do Rosário Borges Bartolomeu, residente na Rua do Museu, Ílhavo. -----

-Parcela nº. 18 – Área a expropriar – 304,0 m2 (encargo previsto – 5.830,00 euros, onde se encontra incluído o valor de 2.790,00 euros atribuído a título de benfeitorias) -----

A destacar do prédio urbano, sito em Cimo de Vila, Freguesia de S. Salvador, deste Concelho, composto por casa térrea, de 3 divisões, com a área de S.C. 50,0 m2, L. 55,0 m2, D. 80,0 m2 e Q. 800,0 m2., que confronta de Norte com Manuel Nunes Bastião, do Sul com Domingos Fernandes Grego, do Nascente com Domingos Fernandes Grego e do Poente com Beco, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº. 2174 e descrito na Conservatória do Registo Predial com o nº. 41.629 e inscrito no livro G 34 a fls. 56 vº., nº. 28.528. -----

Proprietário: José Ferreira da Rocha, residente na Rua Cimo de Vila, 3830-159 ÍLHAVO. -----

-Parcela nº. 19 – Área a expropriar – 333,0 m2 (encargo previsto – 6.130,00 euros, onde se encontra incluído o valor de 2.800,00 euros atribuído a título de benfeitorias) -----

A destacar do prédio urbano, sito em Cimo de Vila, Freguesia de S. Salvador, deste Concelho, composto por casa alta, de 4 divisões no r/ chão e 3 no 1º. andar, destinada a habitação, com a área S.C. 130,0 m2, L. 60,0 m2, D. 80,0 m2 e Q. 800,0 m2., que confronta de Norte com Luiza Cartaxo, do Sul com José Fernandes Grego, do Nascente com Próprio e do Poente com Beco de Consortes, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº. 2175 e descrito na Conservatória do Registo Predial com o nº. 32.557, livro B26, flhs.126. -----

Proprietário: Manuel de Oliveira, casado, residente na Rua Cimo de Vila, Beco do Cruzeiro, nº. 11, em Ílhavo. -----

-Parcela nº. 21– Área a expropriar – 348,0 m2 (encargo previsto – 3.480,00 euros) -----

A destacar do prédio rústico, sito em Cimo de Vila, Freguesia de S. Salvador, deste Concelho,

composto por terra de cultura, com a área de 1.060,0 m²., que confronta de Norte com João Fernandes Grego, do Sul com António Marques, do Nascente com Domingos Fernandes Grego e do Poente com estrada, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º. 7995 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ílhavo sob o n.º. 6475/060295. -----

Proprietário: - António Manuel Marques Peixe, casado, residente na Rua da Capela, n.º. 126 – Salgueiro, 3840-346 SALGUEIRO; - Rosinda Maria Marques Peixe, divorciada, residente no Beco das Mariposas, Ílhavo. -----

-Parcela n.º. 23 – Área a expropriar – 366,0 m² (encargo previsto – 3.660,00 euros) -----

A destacar do prédio misto, sito em Cimo de Vila, Freguesia de S. Salvador, deste Concelho, composto por casa térrea, para habitação, com terra de cultura contígua, com a área coberta de 60,0 m², dependências de 70 m², pátio 100,0 m², quintal 900,0 m², e terra 1.090,0 m², que confronta de Norte com caminho da Fonte, do Sul com Manuel Pereira da Maia, do Nascente com Manuel Nunes do Couto e do Poente com Estrada, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º. 2179 e rústica sob o artigo n.º. 7993 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ílhavo sob o n.º. 1323/161286. -----

Proprietário: Manuel Nunes Couto, casado, residente nos Estados Unidos da América (representante Manuel Couto Fernandes Grego, residente na Rua Cimo de Vila, n.º. 214, Ílhavo). -----

-Parcela n.º. 24 – Área a expropriar – 445,0 m² (encargo previsto – 4.450,00 euros) -----

A destacar do prédio misto, sito em Cimo de Vila, Freguesia de S. Salvador, deste Concelho, composto por casa de rés do chão, destinada a habitação, com quintal e brejo, com a área coberta 50,0 m², dependências 40 m², logradouro 100,0 m², quintal 1.200,0 m² e brejo 2.020 m², que confronta de Norte com Manuel Nunes do Couto, do Sul com Francisco de Castro Paradela, do Nascente com Vala e do Poente com Estrada, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º. 2180 e rústicas n.º. 7962, n.º. 7992 (a destacar deste artigo rústico) e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ílhavo sob o n.º. 2538/110788. -----

Proprietário: João Alberto Nunes Pimentel, casado, residente na Rua Cimo de Vila, n.º. 107, Ílhavo). -----

Ílhavo, 3 de Abril de 2006. -----

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, -----

As.) Fernando Caçoilo, Engº.". -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS – ALTERAÇÃO DE PROPONENTE –
PARECERES JURÍDICOS.** -----

Presente o ofício datado do dia 05 de Janeiro, do corrente ano, registado nestes serviços sob o nº. 3051, em 15 Março findo, dado aqui por reproduzido, pelo qual, em síntese, o Sr. Mário Manuel Bizarro Cardoso, residente na Rua Comandante Manuel Ferreira Cunha, 30, em Ílhavo, vem solicitar que a escritura do terreno que adquiriu, por hasta pública, na reunião da Câmara de 02/10/2002, na Rua Diogo Cão, na Barra e que, depois, por deliberação de 06/11/2002 e, a sua solicitação, passou para a firma Ómega Veredictus-Empreendimentos Imobiliários, Ldª., seja celebrada com ele novamente aduzindo o argumento de que a firma em causa vai cessar a actividade e não há necessidade de duplicar despesas, juntando documento autorizador daquela empresa Ómega. -----

Este ofício é acompanhado dos pareceres jurídicos proferidos pela Técnica Superior do Serviço de Apoio Jurídico, Drª. Ana Sofia Canas, e pelo Assessor Jurídico do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Rui Dias, datados 16 e 22 de Março findo respectivamente, aqui dados por transcritos, e que são no sentido da pretensão em causa não poder merecer acolhimento pois, o Município, além de não poder permitir a alteração das posições contratuais, por motivos fiscais, não pode desvirtuar a hasta pública então realizada e desrespeitar todos os princípios que se encontram na base da sua realização devendo, ainda, ser notificada a sociedade para apresentar, querendo, os documentos necessários para a celebração da escritura, no prazo de 10 dias, e proceder ao pagamento dos 50% do valor da proposta, sob pena de resolução do contrato. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade **indeferir** o solicitado nos termos dos pareceres jurídicos. -----

**ZONA INDUSTRIAL DA MOTA (AMPLIAÇÃO) – LOTE A 42 – AUTORIZAÇÃO
PARA OPERAÇÃO DE LOCAÇÃO FINANCEIRA – DIREITO DE PREFERÊNCIA –
PARECER JURÍDICO.** -----

Presente o ofício de 28 de Março findo da firma San Andrés de Negócios S.L., registado nestes serviços sob o nº. 4664, a 3, do corrente mês, dado como reproduzido, pelo qual, em linhas gerais, solicita autorização à Câmara para que esta não exerça o direito de preferência que

detém sobre o lote A 42 da ZIM, a fim de poderem concretizar uma operação de leasing imobiliário com a Caixa Económica do Montepio-Geral. -----

Este documento é acompanhado do parecer jurídico do Assessor Jurídico do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Rui Dias, também dado como transcrito, o qual é no sentido da Câmara poder prescindir do direito de preferência previsto no Regulamento para a Compra e Venda de Lotes de Terreno da Zona Industrial da Mota e autorizar a venda do Lote A42 da ZIM à Caixa Económica do Montepio Geral nas seguintes condições e, citando: -----

-“a) que fique contratualmente fixada a impossibilidade de vir a ocorrer a cessão da posição contratual da locatária (San Andrés de Negócios SL), nos termos previstos na parte final do nº. 1, do artº. 424º. do Código Civil; -----

b) que a locatária (San Andrés de Negócios SL), ou subsidiariamente a Câmara Municipal de Ílhavo, figurem no contrato de locação financeira, como exclusivas titulares do direito de exercer a opção de compra da unidade industrial a edificar no lote em causa, pelo valor residual que vier a ser contratualmente fixado; -----

c) que a Caixa Económica do Montepio Geral, na qualidade de adquirente do lote A 42 da ZIM, fique obrigada a cumprir as condições do referido Regulamento.”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir nos termos do presente parecer jurídico. ----

PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES E OUTRAS. -----

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO CARVOEIRO-VOUGA (AMC-VOUGA) –

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2005 – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----

Presentes os documentos referidos em título da Associação em questão, os quais se dão aqui por integralmente transcritos. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

PLANEAMENTO FÍSICO. -----

PLANO ESTRATÉGICO DO PORTO DE AVEIRO – PARECER. -----

Presente a cópia do fax enviado no passado dia 23 de Março ao Conselho de Administração da APA pelo qual a Câmara emite o seu parecer relativamente ao Plano em questão. -----

No documento em causa consta o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

-“À Câmara. -----

As.) José Agostinho Ribau Esteves. -----

3ABR06”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento e concordar com o presente parecer. -----

TOPONÍMIA. -----

COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA PARA O MANDATO AUTÁRQUICO DE 2005/2008 – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta do Sr. Presidente da Câmara: -----

-“Nos termos do nº. 1 do Artigo 4º. do Regulamento Municipal sobre Toponímia e Numeração de Polícia publicado no Apêndice nº. 97/ 2000 do Diário da República, nº. 149, II Série, de 30 de Junho, proponho que a Câmara Municipal aprove a seguinte constituição da Comissão Municipal de Toponímia para o mandato autárquico de 2005/2008: -----

-Presidente da Assembleia Municipal de ÍLHAVO – Dr. António Francisco das Neves Vieira. –

-Presidente da Câmara Municipal de ÍLHAVO – Engº. José Agostinho Ribau Esteves. -----

-Vereadores em Exercício, com Funções Delegadas: -----

-----Engº. Fernando Fidalgo Caçoilo; -----

----- Profª. Margarida Maria S. Marcos Amaral; -----

-----Engº. Marcos Labrincha Ré; -----

-----Engº. Paulo Sérgio Teixeira Costa. -----

-Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho de ÍLHAVO: -----

-----S. Salvador: Sr. Rufino Manuel Martins Filipe; -----

-----Gafanha da Nazaré: Sr. Manuel Garcia Lopes Mendes Serra; -----

-----Gafanha da Encarnação: Dr. Eduardo Conde Pinto; -----

-----Gafanha do Carmo: Sr. Domingos Manuel Ferreira Vilarinho. -----

Proponho ainda que a Comissão referida seja presidida pelo Presidente de Câmara Municipal, que nas suas faltas ou impedimentos será substituído nessas funções pelo Vereador com Competências Delegadas na matéria em apreço, e que esta se reúna sempre que for solicitada por qualquer membro que para o efeito apresente justificação para tal, ou pelo Presidente ou Vereador com Competências Delegadas sempre que os mesmos tenham matéria que justifique a reunião da citada Comissão, nomeadamente a correspondente à aplicação do determinado nos artigos 3º. e 6º. do acima citado Regulamento Municipal. -----

ÍLHAVO, 2006-03-30. -----

O Presidente da Câmara Municipal de ÍLHAVO, -----

As.) Eng.º José Agostinho Ribau Esteves”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA. -----

DESTAQUES DE PARCELAS. -----

Presentes os seguintes processos: -----

-O registado sob o nº. 1341, P.º. 173/86, em 2006/03/23, respeitante a António Clemente Rodrigues e Maria Alice Clemente Rodrigues Pinto, residentes na Rua da Lomba, 28-Gafanha de Aquém, em Ílhavo. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade **indeferir** nos termos da informação DOPGU e do despacho do Vereador, Eng.º. Marcos Ré. A informação, de referência DOPGU/noemiam 2006/03/29 1341/06 1, é da responsabilidade da Chefe da DOPGU-Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arq.ª. Noémia Maia, e o despacho do Sr. Vereador, Eng.º. Marcos Ré, está datado de 2006/04/03, os quais se dão aqui por integralmente reproduzidos. -----

-O registado sob o nº. 1129, P.º. 262/05, em 2006/03/10, respeitante a Hélder Paulo Santos Botelho, residente na Rua Prior Guerra, 18, na Gafanha da Nazaré. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir. O deferimento teve como suporte a informação, de referência DOPGU/noemiam 2006/03/18 1129/06 1, da responsabilidade da Chefe da DOPGU-Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arq.ª. Noémia Maia, a qual se dá aqui por integralmente reproduzida. -----

-O registado sob o nº. 909, P.º. 277/05, em 2006/02/22, respeitante a Isaura Marçalo Borges, residente na Rua Arrais Pauseiro, 8-Gafanha de Aquém, em Ílhavo. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir. O deferimento teve como suporte a informação, de referência DOPGU/noemiam 2006/03/18 909/06 1, da responsabilidade da Chefe da DOPGU-Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arq.ª. Noémia Maia, a qual se dá aqui por integralmente reproduzida. -----

-O registado sob o nº. 1363, P.º. 101/04, em 2006/03/24, respeitante a João Álvaro Canha Garrelhas, residente na Rua da Encarnação, 8, na Gafanha do Carmo. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir. O deferimento teve como suporte a informação, de referência DOPGU/noemiam 2006/03/29 1363/06 1, da responsabilidade da Chefe da DOPGU-Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arq^a. Noémia Maia, a qual se dá aqui por integralmente reproduzida. -----

-O registado sob o n.º. 1306, P.º. 7/90, em 2006/03/22, respeitante a João Manuel Amaral Torres, residente na Rua Conselheiro António José Rocha, 82, em Ílhavo. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade **indeferir** nos termos da informação DOPGU e do despacho do Vereador, Eng.º. Marcos Ré. A informação, de referência DOPGU/noemiam 2006/03/29 1306/06 1, é da responsabilidade da Chefe da DOPGU-Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arq^a. Noémia Maia, e o despacho do Sr. Vereador, Eng.º. Marcos Ré, está datado de 2006/04/03, os quais se dão aqui por integralmente reproduzidos. -----

-O registado sob o n.º. 1326, P.º. 561/05, em 2006/03/22, respeitante a Manuel Domingues Matos, residente na Rua do Carmo, 20, na Gafanha da Encarnação. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir. O deferimento teve como suporte a informação, de referência DOPGU/noemiam 2006/03/29 1326/06 1, da responsabilidade da Chefe da DOPGU-Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arq^a. Noémia Maia, a qual se dá aqui por integralmente reproduzida. -----

-O registado sob o n.º. 1085, P.º. 209/59, em 2006/03/07, respeitante a Mário da Silva Cravo, residente na Rua da Lagoínha, 9, na Mamarrosa. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir. O deferimento teve como suporte a informação, de referência DOPGU/noemiam 2006/03/18 1085/06 1, é da responsabilidade da Chefe da DOPGU-Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arq^a. Noémia Maia, a qual se dá aqui por integralmente reproduzida. -----

-O registado sob o n.º. 1052, P.º. 13/06, em 2006/03/06, respeitante à firma Nunes & Cruz, Ld^ª., com sede na Rua Coronel Cândido Teles, 3, em Ílhavo. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir. O deferimento teve como suporte a informação, de referência DOPGU/noemiam 2006/03/29 1052/06 1, é da responsabilidade da Chefe da DOPGU-Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arq^a. Noémia Maia, a qual se dá aqui por integralmente reproduzida. -----

-O registado sob o n.º. 1218, P.º. 957/00, em 2006/03/16, respeitante a Ventura Pereira da Silva, residente na Zona Residencial da Patela, Casa 5-Santa Joana, em Aveiro. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir. O deferimento teve como suporte a informação, de referência DOPGU/noemiam 2006/03/18 1218/06 1, da responsabilidade da Chefe da DOPGU-Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arq.ª. Noémia Maia, a qual se dá aqui por integralmente reproduzida. -----

LOTEAMENTOS. -----

Presentes os seguintes processos: -----

-O registado sob o n.º. 955, P.º. 1102/01, em 2006/02/24, respeitante a Anabela Fernandes Martins Pequeno, residente na Rua Prof.º. Júlio Catarino, 21, em Ílhavo. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade **indeferir** nos termos da informação DOPGU e do despacho do Vereador, Eng.º. Marcos Ré. A informação, de referência DOPGU/noemiam 2006/03/31 955/06 1, é da responsabilidade da Chefe da DOPGU-Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arq.ª. Noémia Maia, e o despacho do Sr. Vereador, Eng.º. Marcos Ré, está datado de 2006/04/03, os quais se dão aqui por integralmente reproduzidos. -----

-O registado sob o n.º. 941, P.º. 44/05, em 2006/02/24, respeitante a Carlos Manuel Monteiro Peixoto, residente na Rua Sá de Miranda, 5, na Gafanha da Nazaré. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir nos termos da informação DOPGU. A informação, de referência DOPGU/noemiam 2006/04/01 941/06 1, é da responsabilidade da Chefe da DOPGU-Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arq.ª. Noémia Maia, a qual se dá aqui por integralmente reproduzida. -----

-O registado sob o n.º. 951, P.º. 33/04, em 2006/02/24, respeitante a Fernando Manuel Grego Dias, residente na Rua do Mar-Malhada, em Ílhavo. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir nos termos da informação DOPGU. A informação, de referência DOPGU/noemiam 2006/04/01 951/06 1, é da responsabilidade da Chefe da DOPGU-Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arq.ª. Noémia Maia, a qual se dá aqui por integralmente reproduzida. -----

-O registado sob o n.º. 5705, P.º. 118/00, em 2005/12/14, respeitante à firma Habitaveiro-Construções Urbanas, Ld.ª., com sede na Rua da Praia, 25-Barra, na Gafanha da Nazaré. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir nos termos da informação DOPGU e do despacho do Vereador, Engº. Marcos Ré. A informação, de referência DOPGU/noemiam 2006/03/10 5705/05 1, é da responsabilidade da Chefe da DOPGU-Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arqª. Noémia Maia, e o despacho do Sr. Vereador, Engº. Marcos Ré, está datado de 2006/04/01, os quais se dão aqui por integralmente reproduzidos. -----

-O registado sob o nº. 5890, Pº. 864/01, em 2005/12/27, respeitante Lourenço Martins Soares, residente na Rua das Ribas, em Ílhavo. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade **indeferir** nos termos da informação DOPGU e do despacho do Vereador, Engº. Marcos Ré. A informação, de referência DOPGU/noemiam 2006/03/28 5890/05 1, é da responsabilidade da Chefe da DOPGU-Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arqª. Noémia Maia, e o despacho do Sr. Vereador, Engº. Marcos Ré, está datado de 2006/04/03, os quais se dão aqui por integralmente reproduzidos. -----

-O registado sob o nº. 1376, Pº. 296/03, em 2006/03/27, respeitante a Rosa Bela Filipe Ribau Marquinhos, residente na Rua Camilo Castelo Branco, 10, na Gafanha da Nazaré. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir nos termos da informação DOPGU. A informação, de referência DOPGU/noemiam 2006/04/01 1376/06 1, é da responsabilidade da Chefe da DOPGU-Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arqª. Noémia Maia, a qual se dá aqui por integralmente reproduzida. -----

-O registado sob o nº. 651, Pº. 465/04, em 2006/02/08, respeitante à firma Urbicruz-Desenvolvimentos Imobiliários e Urbanos, Ldª., com sede na Travessa do Ourives-Edifício Vera Cruz, 4-2º.V, em Aveiro. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir nos termos da informação DOPGU. A informação, de referência DOPGU/noemiam 2006/04/01 651/06 1, é da responsabilidade da Chefe da DOPGU-Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arqª. Noémia Maia, a qual se dá aqui por integralmente reproduzida. -----

OBRAS MUNICIPAIS. -----

CONCURSO PÚBLICO DA EMPREITADA DE “CAIS DA GAFANHA DA ENCARNAÇÃO – 2ª. FASE (INFRA-ESTRUTURAS TERRESTRES)” –

CANCELAMENTO DOS REFORÇOS DE GARANTIA – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação de referência DOEA/ Maria do Rosário 2006/03/29, elaborada pela Assistente Administrativa Especialista, Maria do Rosário Santana, corroborada pela respectiva Chefe da DOEA-Divisão de Obras, Equipamentos e Ambiente, em regime de substituição, Eng^a. Paula Oliveira, em 2006/04/03, dada aqui por reproduzida, pela qual informa que as garantias bancárias apresentadas pela firma CPTP-Companhia Portuguesa de Trabalhos Portuários e Construções, S.A., relativamente à empreitada citada em epígrafe, cobrem os valores retidos como reforços de garantia nos respectivos autos de medição, pelo que os mesmos poderão ser restituídos. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder ao cancelamento de acordo com a informação. -----

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL. -----

ACÇÃO SOCIAL/ HABITAÇÃO. -----

PARQUE MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – REAJUSTAMENTO DE RENDAS PARA O ANO DE 2006 (AUDIÊNCIA ESCRITA DOS INTERESSADOS) – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta da Sr^a. Vereadora, Prof^a. Margarida Maria São Marcos Amaral: ---
-“Na qualidade de Vereadora da Acção Social, no uso das minhas competências e tendo em consideração: -----

1 – A proposta de reajustamento de rendas para o ano de 2006, apresentada em reunião de Câmara de 20 de Fevereiro; -----

2 - O disposto no artigo 100º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, oferecendo-se 10 dias para que se procedesse à audiência de interessados, tendo apresentado audiência escrita os seguintes inquilinos: Ercília Lurdes Ferreira Martins, Fernando Emanuel Bichão Castro, João Carlos Ferreira Calisto, Maria Fátima Jaime Silva Mendes e Rosalina Magalhães Cerqueira Pereira; -----

3 – Ter sido analisada a exposição de Ercília Lurdes Ferreira Martins e apresentada a reunião de Câmara de 20 de Março, a qual aprovou a alteração do montante da renda apoiada da referida inquilina; -----

4 - A análise da audiência escrita dos restantes reclamantes, conforme relatório anexo. -----

Proponho que a Câmara Municipal de Ílhavo aprove: -----

a) - A alteração do reajustamento de renda do inquilino João Carlos Ferreira Calisto para 51,40 €, em conformidade com a lei; -----

b) - A manutenção do reajustamento da renda de: Fernando Emanuel Bichão Castro, Maria Fátima Jaime Silva Mendes e Rosalina Magalhães Cerqueira Pereira (com base na deliberação de Câmara de 20 de Fevereiro de 2006). -----
Ílhavo, 31 de Março de 2006. -----

A Vereadora do Pelouro da Acção Social, -----
As.) Margarida Maria São Marcos, Prof^a.”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL À FUNDAÇÃO PRIOR SARDO PARA RECUPERAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO, SITA NA AV^a. VASCO DA GAMA, 49, NA BARRA – REVOGAÇÃO PARCIAL DE DELIBERAÇÃO – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta do Sr. Vereador, Eng^o. Marcos Labrincha Ré: -----

–“Os antecedentes relativos ao presente Processo que em anexo se junta, levaram a que na altura devida, fosse colocada uma Proposta de Atribuição de Subsídio à Câmara Municipal que previa, entre outros aspectos, a possibilidade de cobrança coerciva da dívida ao senhorio. A Câmara Municipal, na sua reunião de 06 de Fevereiro de 2006 deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Entretanto e tendo surgido algumas dúvidas relativamente a este assunto, foi solicitado aos Serviços de Apoio Jurídico a análise da situação acima mencionada, com vista à tomada da melhor decisão sobre a matéria. Assim e verificando-se: -----

1. A impossibilidade de, tendo em conta o teor da proposta referida se proceder, face ao Parecer Jurídico emitido e que em anexo se junta, à cobrança coerciva da dívida ao senhorio. -----

2. A morosidade da tramitação do Processo com vista à tomada de posse administrativa de forma a que através da Câmara Municipal se pudessem executar as obras necessárias à reabilitação da habitação do requerente, à qual acresce a dificuldade da própria Câmara Municipal em proceder, mesmo por administração directa, à realização das referidas obras. -----

3. A manifestação ao requerente da dificuldade de enquadramento, em rubrica própria, da execução coerciva de obras por empreitada. -----

4. A possibilidade de, nos termos do artigo 16^o. do Regime de Arrendamento Urbano, “o

arrendatário, quando a Câmara Municipal não inicie as obras a que se refere o artigo 15º., nº. 1, no prazo de 120 dias a contar da recepção do requerimento por ele formulado, pode proceder à sua execução” tendo, para o efeito, decorrido esse prazo e sido apresentado, por parte do arrendatário, o orçamento respectivo. -----

5. A competência detida pela Câmara Municipal nos termos da alínea c) do nº. 4 do artigo 64º. da Lei nº. 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 5-A/2002, de 11/01, no sentido de deliberar sobre a forma de apoio a entidades e organismos legalmente existentes e prestar apoio a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes pelos meios mais adequados sem contrapartida directa, não podendo, no caso concreto, ser exigido o seu reembolso. -----

Propõe-se -----

A manutenção da Proposta então apresentada à Câmara Municipal constante do Processo anexo e nos termos definidos na mesma, à excepção do referido no seu ponto 5, que referia a necessidade de se proceder, na altura devida, à cobrança coerciva da dívida ao senhorio. -----

Envie-se para os devidos efeitos à Consideração Superior do Sr. Presidente da Câmara, tendo em vista a deliberação que houver por conveniente por parte da Câmara Municipal. -----

ÍLHAVO, 2006-02-18. -----

O Vereador em Exercício, -----

As.) Marcos Labrincha Ré”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

Na discussão e votação deste assunto não participou o Sr. Vereador, Dr. António Pedro Oliveira Martins, por se achar impedido (membro dos corpos directivos da Fundação Prior Sardo), tendo-se ausentado, momentaneamente, do Salão Nobre. -----

ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL À FUNDAÇÃO PRIOR SARDO PARA CONSTITUIÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HIGIENE E SALUBRIDADE NUMA HABITAÇÃO SITA NA RUA DOS EXTREMOS, NA GAFANHA DA ENCARNAÇÃO – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta do Sr. Vereador, Engº. Marcos Labrincha Ré: -----

-“Os antecedentes relativos ao presente Processo que em anexo se junta e as diversas intervenções e diligências que sobre o mesmo se têm encetado levaram, para além das necessárias visitas e/ou vistorias então efectuadas, à elaboração do presente Relatório Social

que decorre do Despacho então havido, com vista à eventual prestação do apoio por parte da Câmara Municipal, à execução das necessárias obras que permitam a constituição, na habitação em questão, das devidas condições de higiene e salubridade. Acresce a este facto o observado na Vistoria entretanto efectuada pelo Fiscal de Águas e Saneamento conforme o referido no Relatório em anexo e no qual se refere a inexistência de abastecimento de água domiciliária a partir da rede pública. Nestes termos e considerando: -----

1. O observado nas diversas Informações Sociais elaboradas pelos respectivos Serviços Municipais que, para além de relatarem a situação económica e social do agregado familiar que vive na habitação em causa, equacionam o respectivo problema e e propõem, para o efeito e face às demais informações havidas, qual a intervenção a executar e com a qual na generalidade se concorda. -----

2. A disponibilidade por parte dos Serviços da DSU de acompanharem as obras a efectuar. -----

3. O facto de, para o efeito, se ter efectuado a orçamentação dos trabalhos a executar e de, nesta sequência, constarem do respectivo Processo dois orçamentos que apontam para um preço inferior ao inicialmente apontado na estimativa havida (que não incluía a mão de obra), das obras necessárias realizar. -----

4. A necessidade em se proceder à ligação dos sistemas prediais respectivos às redes públicas de água e de saneamento, esta última em execução na zona. -----

5 A existência dos referidos orçamentos com vista ao fornecimento dos materiais e mão-de-obra necessários à realização da referida intervenção. -----

6. A disponibilidade manifestada pela “Fundação Prior Sardo” como “entidade de charneira”, com vista à atribuição do subsídio pontual necessário à realização das obras mencionadas. -----

Propõe-se: -----

1. A atribuição à “Fundação Prior Sardo” com vista à execução das obras citadas nas diversas informações, nomeadamente as referidas na Informação dos competentes Serviços da DSU, de um subsídio pontual de 529,83 Euros conforme proposta mais baixa anexa à Informação Social prestada devendo, ser encetadas através dos Serviços Sociais Municipais, os contactos devidos.

2. A execução por parte dos Serviços Municipais das respectivas ligações às redes públicas de água e de saneamento (esta a ficar expectante enquanto não se activa a rede pública respectiva), incluindo o fornecimento respectivo do contador, torneiras de seccionamento, válvula de

retenção e execução do ramal propriamente dito, assumindo a Câmara Municipal nos termos do referido Regulamento os custos deste apoio após a satisfação, por parte do inquilino, das obras e intervenções inerentes à construção do nicho para o contador nos termos do que impõe o Regulamento Municipal respectivo, da garantia da devida autonomia das redes interiores de forma a assegurar a qualidade da água distribuída e da garantia necessária com vista ao pagamento das facturas inerentes ao consumo mensal de água e RSU. -----

3. O devido acompanhamento das obras a efectuar por parte dos competentes Serviços da DSU de forma a que sejam acautelados todos os demais aspectos referenciados no Relatório de Vistoria então efectuada pelo Fiscal de Águas e Saneamento que se encontra em anexo ao presente Processo. -----

4. A comunicação ao interessado e requerente constante do Processo de Obras referido acima, da decisão havida. -----

Envie-se para os devidos efeitos à Consideração Superior do Sr. Presidente da Câmara, tendo em vista a deliberação que houver por conveniente por parte da Câmara Municipal. -----

ÍLHAVO, 2006-04-03. -----

O Vereador em Exercício, -----

As.) Marcos Labrincha Ré”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

Na discussão e votação deste assunto não participou o Sr. Vereador, Dr. António Pedro Oliveira Martins, por se achar impedido (membro dos corpos directivos da Fundação Prior Sardo), tendo-se ausentado, momentaneamente, do Salão Nobre. -----

JUVENTUDE. -----

“A CORRIDA MAIS LOUCA DA RIA – CORRIDA DE EMBARCAÇÕES ORIGINAIS” – NORMAS REGENTES – APROVAÇÃO. -----

Presentes as Normas da prova referida em título, dadas aqui por reproduzidas na íntegra, prova esta que tem como principal objectivo promover e incentivar a prática desportiva, assim como a nossa Ria, nomeadamente a sua vertente lúdico-desportiva, a realizar no próximo dia 16 de Julho, na Costa Nova e integrada no programa da Semana Jovem 2006. -----

Das Normas destacam-se os seguintes prémios monetários: -----

-De “Presença”, no valor de € 100,00, € 150,00 e € 200,00 para quem participe com uma, duas

e três ou mais embarcações respectivamente. -----

-Categoria “Demonstração”: -----

Subcategoria “Construção”: - 1º. Prémio de € 225,00; - 2º. Prémio de € 125,00; -----

Subcategoria “Transformação”: 1º. Prémio de € 175,00; -2º. Prémio de € 100,00. -----

-Categoria “Corrida”: -----

Subcategoria “Construção”: - 1º. Prémio de € 225,00; - 2º. Prémio de € 125,00; -----

Subcategoria “Transformação”: 1º. Prémio de € 175,00; -2º. Prémio de € 100,00. -----

-Melhor Técnica de Navegação, no valor de € 50,00. -----

-Boa Disposição, no valor de € 50,00. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar as presentes Normas. -----

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO. -----

COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS. -----

FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE ÍLHAVO NA PÁSCOA – INFORMAÇÃO – PROPOSTA. -----

Presente a informação n.º. 49/06-DAG, de 2006/03/28, do Chefe da DAG-Divisão de Administração Geral, em regime de substituição, António Cândido Pereira, corroborada por despacho, do dia 03, do corrente mês, do Sr. Vereador, Eng.º. Marcos Labrincha Ré, dados aqui por reproduzidos, nos quais é sugerido, a exemplo de anteriores deliberações sobre a matéria, que o período de funcionamento ininterrupto dos estabelecimentos que se situem na área do nosso Município, na Páscoa, a que se refere o n.º. 1 do artigo 5.º. do Regulamento Municipal, vá de 13 (quinta-feira, início) a 17 (segunda-feira, termo) de Abril corrente. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder de acordo com a presente proposta. -----

TURISMO. -----

RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ESTABELECIDO ENTRE A C.M.I. E A REGIÃO DE TURISMO DA ROTA DA LUZ PARA UMA MAIS EFICAZ GESTÃO, DINAMIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS POSTOS DE TURISMO DO CONCELHO DE ÍLHAVO. -----

Presente o protocolo de Cooperação referido em título, assinado pelas partes em 26 de Março findo, o qual se dá por reproduzido na íntegra, do qual se destaca o facto de ter, para já, a

validade de 06 (seis) meses; respeitar aos Postos de Turismo de Ílhavo (instalado no novo edifício sito no Parque da Cidade, sito na Av^a. 25 de Abril), da Costa Nova (sito na Av^a. José Estêvão) e da Barra (sito na Rua Comandante Azevedo e Silva; o compromisso da Câmara em se responsabilizar pelo fornecimento de água, luz e mobiliário, assegurar os recursos humanos necessários para o Posto de Turismo da Barra e de Ílhavo sendo que, neste último, é para além dos dias e períodos da responsabilidade da Rota da Luz. Há, ainda, a referir o facto da Câmara participar o valor de 20% do vencimento base do funcionário do Posto de Turismo de Ílhavo e, a Rota da Luz, participar, com idêntica percentagem, o vencimento do funcionário do Posto de Turismo da Barra. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente protocolo. -----

CONTABILIDADE E FINANÇAS. -----

RESTITUIÇÃO DE TAXA PAGA INDEVIDAMENTE POR TROCA DE PROCESSO DE CONCURSO – INFORMAÇÃO. -----

Presente o fax, de referência 16/AL/06, de 206/03/28, da firma Antero Santos & Santos, na qual informam que, por lapso, solicitaram o processo do concurso da “Prestação de Serviços de Limpeza dos Areais das Praias da Barra e Costa Nova, Limpeza de Zonas Marginais da Ria e Limpeza de Vias e Zonas de Lazer” quando, na realidade, o que pretendiam era o da “Limpeza de 5 sanitários na Praia da Barra e Costa Nova”, pelo que solicitam que seja autorizada a troca de processos e a restituição da importância a mais dispendida. -----

No documento em questão consta a informação DOEA/PO 2006/03/29 elaborada pela Chefe da Divisão de Obras, Equipamentos e Ambiente, em regime de substituição, Eng^a. Paula Oliveira, dada aqui como transcrita, a qual é no sentido de não ver inconveniente no deferimento do pedido e ser devolvido o valor do processo (€ 99,99). -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir. -----

AUTOS DE VISTORIA E MEDIÇÃO DE TRABALHOS. -----

Presentes os seguintes autos de vistoria e medição de trabalhos: -----

- Da empreitada de “Redes de Drenagem Residual e Pluvial da Ermida e Carvalheira” – 13^a. situação de trabalhos contratuais, no valor de € 18.548,31 (dezoito mil quinhentos e quarenta e oito euros e trinta e um cêntimos), adjudicada à firma Construtora Paulista, Ld^a.; -----
- Da empreitada de “Redes de Drenagem Residual e Pluvial da Ermida e Carvalheira” – 14^a.

situação de trabalhos contratuais, no valor de € 9.964,50 (nove mil novecentos e sessenta e quatro euros e cinquenta cêntimos), adjudicada à firma Construtora Paulista, Ld^a.; -----

- Da empreitada de “Variante Sul/Nascente ao Porto-Via de Ligação do Nó 2 do IP5 à Estrada da Mota” – 8^a. situação de trabalho contratual, no valor de € 68.792,66 (sessenta e oito mil setecentos e noventa e dois euros e sessenta e seis cêntimos), adjudicada à firma Silva Brandão & Filhos, Ld^a. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar os presentes autos e proceder aos pagamentos. -----

INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO. -----

Esgotada a Ordem do Dia, eram 16.45 horas, e, dado já se encontrar presente no Salão Nobre um munícipe que queria intervir, foi-lhe, pelo Sr. Presidente da Câmara, dada a palavra. -----

Assim, falou: -----

-Alberto da Silva Ribau, residente na Rua da Liberdade, 20, na Gafanha da Encarnação, o qual veio manifestar o seu descontentamento pelo valor elevado que tem que pagar de IMI-Imposto Municipal sobre Imóveis. -----

Intervindo, de seguida, o Sr. Presidente da Câmara fez uma breve síntese do aparecimento deste novo imposto; explicou que as reclamações que haja necessidade efectuar devem ser feitas no respectivo Serviço de Finanças e não na Câmara Municipal; que, no entanto, poderia apreciar e explicar, conforme já tinha feito, em circunstância anterior, o caso em apreço, só que aquele não era o local nem o momento apropriado para tal, pelo que deveria ser marcada uma reunião com a sua Secretária. Apresentou, no entanto, algumas explicações sobre o assunto. -----

De seguida e, dado o facto de serem 17.10 horas, foi a reunião suspensa pelo Sr. Presidente da Câmara até às 17.30 horas, hora estipulada para as intervenções do público. -----

Reaberta a reunião àquela hora com todos os elementos do Executivo que à mesma estiveram presentes desde o seu início, foi, acto imediato, pelo Sr. Presidente da Câmara encerrada a mesma dado se ter constatado a ausência de mais munícipes que quisessem intervir. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que eu,

, servindo de Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Câmara, que presidiu à reunião. -----